

O comércio externo brasileiro e o gaúcho e o Plano Real

Teresinha da Silva Bello*

Economista da FEE.

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer uma breve análise do desempenho das exportações do Rio Grande do Sul ao longo dos 10 anos de existência do Plano Real. Após algumas considerações sobre a abertura da economia e sobre a política de integração econômica brasileira, é feito um breve retrospecto da política cambial praticada no País, ao longo dos últimos 10 anos. Ao final, são analisadas as transformações nas pautas de exportação do Brasil e do Rio Grande do Sul durante a última década, concluindo-se que, no período analisado, as exportações do RS apresentaram razoável semelhança com o desempenho das exportações brasileiras, destacando-se uma perda de participação dos produtos manufaturados na pauta e o redirecionamento das vendas para novos mercados, com menor taxa de crescimento nas vendas para os países desenvolvidos.

Palavras-chave

Plano Real; exportações; Rio Grande do Sul.

Abstract

The objective of this paper is to make a brief analysis of the exports of Rio Grande do Sul during the 10 years of the Plano Real. After some considerations about the opening of the economy and about the brazilian economic integration policy, a brief review of the country's exchange policy in the past 10 years is made. Finally, the changes in the export profile of Brazil and Rio Grande do Sul

* A autora agradece à colega Sônia Teruchkin e ao colega Álvaro Garcia pela leitura atenta do texto e pelas valiosas contribuições sugeridas ao mesmo.

during the last decade is analyzed, with the conclusion that, in the analyzed period, the exports of RS are reasonably similar to those of Brazil, with a reduction in manufactured goods, redirection of sales toward new markets and a smaller rate of growth in sales to developed countries.

Artigo recebido em 09 jun. 2004.

1 - Introdução

O objetivo deste artigo é fazer uma breve análise do desempenho das exportações do Rio Grande do Sul ao longo dos 10 anos de existência do Plano Real. Entretanto, considerando-se que a economia gaúcha se insere no contexto econômico brasileiro, é importante que alguns aspectos relacionados ao comércio exterior do Brasil sejam previamente ressaltados, mesmo que de forma sucinta. Tal é o caso da abertura comercial — levada a termo desde o final dos anos 80 do século XX — e da política de integração econômica com determinados parceiros comerciais — adotada pelo País especialmente a partir da década de 90. Embora sejam eventos que não apresentem uma relação direta e imediata com a implantação do Plano, são fatores que desempenharam papel importante ao longo da condução do processo de estabilização dos preços, principalmente o relacionado com a abertura comercial do País ao Exterior e sua influência sobre a balança comercial brasileira. Assim, tanto a abertura quanto a política integracionista sempre devem estar em mente quando se analisam os efeitos do Plano Real sobre o comércio exterior do Brasil.

Em relação à abertura para o Exterior, é importante destacar que, desde os primórdios do processo de industrialização, ao final do século XIX e início do século XX, se consolidou a idéia de haver uma certa necessidade de fechamento às importações, o que era feito, principalmente, através de restrições tarifárias. Além disso, no período pós Segunda Guerra até a década de 80 — período caracterizado por instabilidades macroeconômicas, muitas vezes associadas com sobrevalorização cambial —, o País também se valeu do uso praticamente contínuo de controle quantitativo das importações. Nos anos 80, a crise cambial vivida pelo Brasil acelerou o processo de fechamento de sua economia ao Exterior a partir da primeira metade da década. Mas, no período 1988-93, o País promoveu um movimento contrário, diminuindo drasticamente as barreiras tarifárias e as não tarifárias, sendo que, em 1990, no Governo Collor, se reduziram unilateralmente as tarifas alfandegárias.

Paralelamente à implantação do Plano Real, acentuou-se a abertura ao ser completado o cronograma de desgravação tarifária estabelecido ainda no Governo Collor. Reduziram-se também, ainda mais, as tarifas dentro do Mercosul, praticamente as zerando a partir de 1995, com algumas exceções. Assim, tanto o processo de abertura quanto o de integração — além da valorização cambial — contribuíram sobremaneira para a eliminação do superávit comercial na época. Junto com o desestímulo às exportações, o que se viu também foi um aumento nas importações, as quais concorriam diretamente com os produtos nacionais, forçando os preços destes para baixo, como era a intenção dos idealizadores da política econômica da época, com vistas a manter a estabilidade dos preços. Mesmo com a desvalorização cambial, em janeiro de 1999, os déficits permaneceram e só foram eliminados em 2001.

Feitas as considerações sobre a abertura da economia e sobre a política de integração econômica brasileira, a seguir far-se-á um breve retrospecto da política cambial praticada no País, ao longo dos últimos 10 anos. Ao final, serão analisadas as transformações nas pautas de exportação do Brasil e do Rio Grande do Sul durante a última década.

2 - A política cambial brasileira nos últimos 10 anos

Um dos temas mais debatidos ao longo da vigência do Plano Real e, mais intensamente, até o abandono da âncora cambial em janeiro de 1999, foi a questão da valorização do câmbio como forma de segurar os preços domésticos. Isso ocorreu não apenas pelo incentivo às importações, em detrimento do produto nacional, mas, principalmente, pelo desestímulo às exportações.

Nos primeiros meses de implantação do real, a inflação ainda era elevada em relação aos preços externos dos parceiros comerciais do Brasil, mas o diferencial entre os preços internos e os externos não foi repassado sequer para o câmbio nominal. Muito ao contrário, o que se verificou foi uma valorização no câmbio nominal, com o dólar situando-se abaixo de R\$ 1,00 nos meses subseqüentes à implantação do Plano. E as exportações, que, em 1994, haviam se elevado 12,94%, em 1995 e em 1996 apresentaram crescimento de apenas 6,80% e 2,67% respectivamente. Paralelamente, as importações aumentaram 30,97% e 51,07% em 1994 e em 1995, o que pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1

Balança comercial do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1993-0

a) Brasil					
ANOS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO (US\$ 1 000 FOB) (A - B)
	Valor (US\$ 1 000 FOB) (A)	$\Delta\%$	Valor (US\$ 1 000 FOB) (B)	$\Delta\%$	
1993	38 554 769	-	25 256 001	-	13 298 768
1994	43 545 149	12,94	33 078 690	30,97	10 466 459
1995	46 506 282	6,80	49 971 896	51,07	-3 465 614
1996	47 746 728	2,67	53 345 767	6,75	-5 599 039
1997	52 982 726	10,97	59 747 227	12,00	-6 764 501
1998	51 139 862	-3,48	57 763 476	-3,32	-6 623 614
1999	48 011 444	-6,12	49 294 639	-14,66	-1 283 195
2000	55 085 595	14,73	55 838 590	13,28	-752 994
2001	58 222 642	5,69	55 572 176	-0,48	2 650 466
2002	60 361 786	3,67	47 240 488	-14,99	13 121 297
2003	73 084 140	21,08	48 266 702	2,17	24 817 437

b) Rio Grande do Sul					
ANOS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO (US\$ 1 000 FOB) (A - B)
	Valor (US\$ 1 000 FOB) (A)	$\Delta\%$	Valor (US\$ 1 000 FOB) (B)	$\Delta\%$	
1993	5 178 349	-	1 746 689	-	3 431 657
1994	5 027 113	-2,92	2 308 104	32,14	2 719 009
1995	5 181 655	3,07	3 017 860	30,75	2 163 795
1996	5 663 640	9,30	3 361 241	11,38	2 302 399
1997	6 271 099	10,73	3 725 029	10,82	2 546 070
1998	5 628 516	-10,25	4 331 713	16,29	1 296 803
1999	4 998 720	-11,19	3 28 .054	-24,21	1 715 666
2000	5 779 942	15,63	4 021 791	22,50	1 758 151
2001	6 345 359	9,78	4 049 432	0,69	2 295 927
2002	6 375 446	0,47	3 530 815	-12,81	2 844 631
2003	8 013 263	25,69	4 189 598	18,66	3 823 665

FONTE: MDIC/Secex/Depla/Gerest.

A rápida perda de rentabilidade das exportações — devido ao aumento de custos não repassado integralmente aos preços de exportação — não só inviabilizou muitas operações externas, mas levou à falência de inúmeras empresas em vários setores, como foi o caso, por exemplo, do calçadista e do têxtil. Assim, o Plano Real não apenas estabilizava os preços, mas deixava à mostra a fragilidade competitiva de muitos setores junto aos mercados externos, já que grande parte de sua competitividade estava baseada na taxa de câmbio.

A crise mexicana de dezembro de 1994 levou a uma preocupação, bastante factual, com evasão de divisas do País, fazendo com que, no princípio de março de 1995, o Governo optasse por um sistema de bandas cambiais, objetivando mais segurança aos financiadores externos em relação às oscilações no preço do dólar. De início, a medida pouco adiantou, já que a corrida contra o real se manteve. Mas, conforme o Governo bancava a demanda por dólares enquanto a situação externa se acalmava, foi possível uma volta à normalidade.

Contudo, em 1997, a crise no Sudeste Asiático não afetou apenas as nações asiáticas. Praticamente todos os países emergentes sofreram as conseqüências do estouro no mercado financeiro, ocorrido no segundo semestre daquele ano. E a política cambial brasileira, novamente, perdeu credibilidade junto aos agentes desse mercado, registrando-se outra corrida contra o real. Todavia, dado o elevado volume das reservas internacionais do País, foi possível — à semelhança do que houve na crise mexicana — bancar, outra vez novamente, a corrida contra o real e, em fevereiro de 1998, já se podia afirmar que a credibilidade da moeda brasileira havia sido recuperada. Suas cotações em relação ao dólar praticamente retornaram ao nível anterior à crise asiática.

Em agosto de 1998, foi a vez de a Rússia desencadear uma nova crise financeira internacional. E, dessa vez, o Brasil não conseguiu sair sozinho do ataque especulativo que consumia as reservas internacionais do País. Como pode ser visto na Tabela 2, pela diferença entre conceito de liquidez e reservas líquidas, ainda em 1998 o FMI teve de socorrer o País em aproximadamente US\$ 10 bilhões. A situação sofreu certo abrandamento entre novembro e dezembro, mas voltou a piorar, com novos ataques ao real. E, na metade de janeiro de 1999, o Governo anunciou o fim do regime de bandas cambiais e a adoção de um regime de câmbio flexível. Ou seja, acabava a âncora cambial, o grande pilar de sustentação do Plano Real.

Tabela 2

Reservas internacionais do Brasil — 1988-03

(US\$ milhões)

ANOS	CONCEITO DE LIQUIDEZ INTERNACIONAL	RESERVAS LÍQUIDAS AJUSTADAS (1)
1988	9 140	3 989
1989	9 679	856
1990	9 973	-8 183
1991	9 406	-13 035
1992	23 754	16 964
1993	32 211	25 214
1994	38 806	37 887
1995	51 840	50 918
1996	60 110	60 059
1997	52 173	52 106
1998	44 556	34 362
1999	36 342	23 861
2000	33 011	31 541
2001	35 866	27 797
2002	37 823	16 339
2003	49 296	20 525

FONTE: FGV.

(1) Exclui empréstimos do FMI.

A Tabela 3 mostra que, a partir de 1999, a taxa de câmbio real em relação ao dólar e em relação à cesta de moedas tem se apresentado desvalorizada quando comparada com a de agosto de 1994, período imediato após a criação do real, quando a nova moeda brasileira, inclusive, mostrou valorização nominal. Devido à forte desvalorização do iene, até agora não foi possível ao Brasil levar vantagens cambiais sobre o mercado japonês. Na região da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a forte desvalorização do peso argentino a partir de 2002 também tem levado o real a apresentar-se valorizado frente ao mercado latino-americano, tendo em vista o elevado vetor de ponderação atribuído à Argentina (63,3%), dentre as moedas que compõem o índice relativo à ALADI.

Tabela 3

Índices de taxa de câmbio real e de taxa de câmbio efetiva real — 1993-03

ANOS	R\$/US\$ (1)	R\$/IENE (1)	R\$/ALADI (2)	R\$/EUROPA (3)	R\$/CESTA DE 13 MOEDAS (2)
1993	121,5	113,8	120,4	116,7	118,9
1994	105,2	103,4	104,7	102,5	104,0
1995	93,8	96,4	95,1	99,6	96,2
1996	98,8	85,6	101,9	101,8	99,4
1997	98,0	75,7	102,3	91,4	94,8
1998	99,4	71,8	102,1	93,6	95,5
1999	136,8	109,0	132,3	120,6	127,5
2000	121,1	98,2	118,6	93,9	109,5
2001	140,5	99,4	131,9	105,6	123,2
2002	147,1	99,9	97,1	117,8	119,8
2003	126,1	88,0	92,9	117,1	111,0

FONTE: Funcex.

NOTA: Os dados têm por base ago./94 = 100.

(1) **Taxa de câmbio real**, cujo índice é calculado com base na respectiva taxa de câmbio nominal média do mês (Bacen-Venda), corrigida pela relação entre o correspondente índice de preços atacadistas externos (US-Wholesales Price ou IPA-Japão) e o índice de preços atacadistas domésticos (IPA-DI da FGV). (2) **Taxa de câmbio efetiva real**, cujo índice é calculado com base nas taxas de câmbio reais dos países que compõem a respectiva cesta, ponderadas pela participação média de cada país na corrente de comércio (exportação e importação) do Brasil. Foram utilizadas três ponderações: até dez./94, com base no período 1992-94; jan./95-dez./99, com base no período 1995-98; e, a partir de jan./00, a base 2000-01. Os respectivos vetores de ponderação atuais são: para ALADI, Argentina, 63,3; Uruguai, 6,3; Paraguai, 5,7; Chile, 11,6; e México, 13,1; para Europa, Alemanha, 30,3; França, 15,6; Itália, 17,6; Holanda, 14,6; Reino Unido, 12,0; e Bélgica, 9,8; para cesta de 13 moedas, EUA, 35,6; Japão, 7,0; Alemanha, 9,6; França, 4,9; Itália, 5,6; Holanda, 4,6; Reino Unido, 3,8; Bélgica, 3,1; Argentina, 16,3; Uruguai, 1,6; Paraguai, 1,5; Chile, 3,0; e México, 3,4.

Mesmo com a adoção de um câmbio flexível, a resposta das exportações, em termos de aumentos contínuos, só ocorreu a partir de 2000, e o déficit comercial só foi eliminado em 2001, embora já registrasse quedas acentuadas em 1999 e em 2000. Assim, em 2001, o País apresentou o primeiro superávit comercial desde 1994.

A seguir, serão vistas algumas transformações nas pautas de exportação do Brasil e do Rio Grande do Sul a partir da implantação do Plano Real.

3 - As mudanças nas pautas de exportação do Brasil e do Rio Grande do Sul

O Brasil sempre se caracterizou como uma economia fechada, com uma baixa participação das exportações no PIB;¹ e o Rio Grande do Sul, como um estado captador de divisas para o País. A balança comercial do RS, tradicionalmente, apresenta-se superavitária, o que também ocorreu entre 1996 e 1998, período do Plano Real em que os déficits comerciais do País foram os maiores (Tabela 1). Entretanto, como o Estado absorve muitos produtos importados por outras unidades da Federação, perde significado uma análise baseada no seu saldo comercial, fazendo mais sentido analisarem-se as exportações gaúchas sob outro ângulo: o de sua participação no total exportado pelo País, isto é, sua contribuição para as exportações brasileiras.

Sob esse aspecto, a contribuição do Rio Grande do Sul tem sido muito importante, e, nos 10 anos de existência do Plano Real, sua participação nas exportações brasileiras sempre se situou acima dos 10%. E, desde 2001, o RS, inclusive, passou para o segundo lugar no *ranking* das exportações por estado, desbancando Minas Gerais e só perdendo para São Paulo (Tabela 4).

Por outro lado, a participação das exportações brasileiras no comércio mundial sempre foi baixa, tendo a situação piorado com o Plano Real, o que pode ser observado na Tabela 5.

Desde 1994, o País não registrava uma participação no comércio mundial superior a 1%. Mesmo com a desvalorização cambial de 1999, as exportações não reagiram, e, nesse ano, a participação brasileira nas exportações mundiais atingiu o nível mais baixo dos últimos 10 anos (0,86%). E só em 2003, com um aumento de 21,1% em suas vendas externas, o Brasil conseguiu aumentar sua parcela para 1,03%.

¹ De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), a média de participação das exportações dos 17 principais países emergentes é de 29% do PIB, e, entre os 10 principais países desenvolvidos, a média é de 14% do PIB, já que esse percentual é muito influenciado pela menor participação dos Estados Unidos (6,5% do PIB). Excluído esse país, a média salta para 21% (IEDI, 2003?). No Brasil, essa participação sempre foi mais baixa (Tabela 5).

Tabela 4

Participação percentual das exportações estaduais no total das exportações brasileiras — 1993-03

ESTADOS	1993	1994	1995	1996	1997	1998
São Paulo	34,73	33,84	34,33	34,72	34,14	35,64
Rio Grande do Sul	13,43	11,54	11,14	11,86	11,83	11,01
Minas Gerais	12,98	13,07	12,60	12,13	13,64	14,84
Paraná	6,44	8,05	7,67	8,89	9,16	8,27
Rio de Janeiro	5,47	5,29	4,42	3,95	3,27	3,49
Santa Catarina	5,70	5,52	5,70	5,52	5,29	5,09
Subtotal	78,75	77,31	75,86	77,07	77,33	78,34
Outros	21,25	22,69	24,14	22,93	22,67	21,66
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

ESTADOS	1999	2000	2001	2002	2003
São Paulo	36,54	35,92	35,42	33,31	31,47
Rio Grande do Sul	10,41	10,49	10,90	10,56	10,93
Minas Gerais	13,29	12,18	10,40	10,52	10,14
Paraná	8,19	7,97	9,13	9,44	9,75
Rio de Janeiro	3,42	3,34	4,13	6,06	6,61
Santa Catarina	5,35	4,92	5,20	5,23	5,04
Subtotal	77,20	74,82	75,18	75,12	73,94
Outros	22,80	25,18	24,82	24,88	26,06
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 5

Participação das exportações brasileiras no PIB e nas exportações mundiais — 1993-03

ANOS	PIB DO BRASIL		EXPORTAÇÕES DO BRASIL (FOB)				EXPORTAÇÕES MUNDIAIS	
	Valor (US\$ bilhões) (A)	Taxa Real (%)	Valor (US\$ bilhões) (B)	Δ%	Participação %		Valor (US\$ bilhões) (C)	Δ%
					B/A	B/C		
1993	429,7	4,9	38,6	7,7	9,0	1,04	3 725,1	0,5
1994	543,1	5,9	43,5	12,9	8,0	1,04	4 204,0	12,9
1995	705,4	4,2	46,5	6,8	6,6	0,92	5 042,0	19,9
1996	775,5	2,7	47,7	2,7	6,2	0,90	5 278,0	4,7
1997	807,8	3,3	53,0	11,0	6,6	0,97	548,0	3,9
1998	787,9	0,1	51,1	-3,5	6,5	0,95	5 365,0	-2,1
1999	536,6	0,8	48,0	-6,1	8,9	0,86	5 566,0	3,7
2000	602,2	4,4	55,1	14,7	9,1	0,88	6 265,0	12,6
2001	(1)510,4	1,4	58,2	5,7	11,4	0,97	6 003,0	-4,2
2002	(1)451,0	1,5	60,4	3,7	13,4	0,96	6 262,0	4,3
2003	(1)493,9	-	73,1	21,1	14,8	(1)1,03	(1)7 119,0	(1)13,6

FONTE: Siscomex.

Secex.

IBGE.

FMI.

(1) Estimativa.

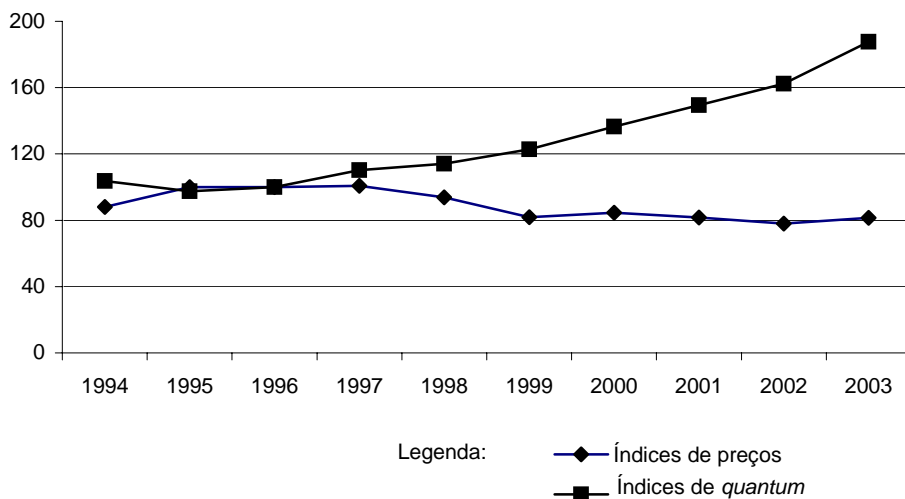
3.1 - As relações de troca e o preço das exportações

A lenta reação das exportações brasileiras após a desvalorização do real deveu-se, basicamente, ao comportamento dos preços externos, ainda afetados pelas crises da Ásia e da Rússia. Os preços das *commodities* despencaram após o colapso asiático. E, embora de início o câmbio estivesse bem mais favorável aos exportadores, o preço dessas mercadorias — que costuma ser cotado em bolsas — mantinha-se em baixa. A própria economia mundial, exceto a dos Estados Unidos, continuava com sua demanda retraída. Na América Latina, grande mercado para os manufaturados brasileiros, a retração econômica também se fazia presente. Paralelamente, os importadores de produtos brasilei-

ros, especialmente de manufaturados, diante da desvalorização do real, forçaram um rebaixamento dos preços das mercadorias em dólares, apropriando-se de uma parcela de ganhos dos exportadores. Assim, tanto o Brasil quanto o RS, em 1999, tiveram queda em seus valores exportados. Além disso, após a mudança do câmbio em 1999, o Governo desativou algumas políticas de exportação existentes, ao mesmo tempo em que elevou alguns dos impostos incidentes sobre as exportações.²

Vale ressaltar, porém, que, mesmo diante desses percalços, as quantidades embarcadas pelo Brasil se mantiveram crescentes. Já os preços das exportações, de modo geral, tomando-se como base o ano de 1996, registraram queda desde 1998 e, até agora, ainda não conseguiram se recuperar, conforme pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1

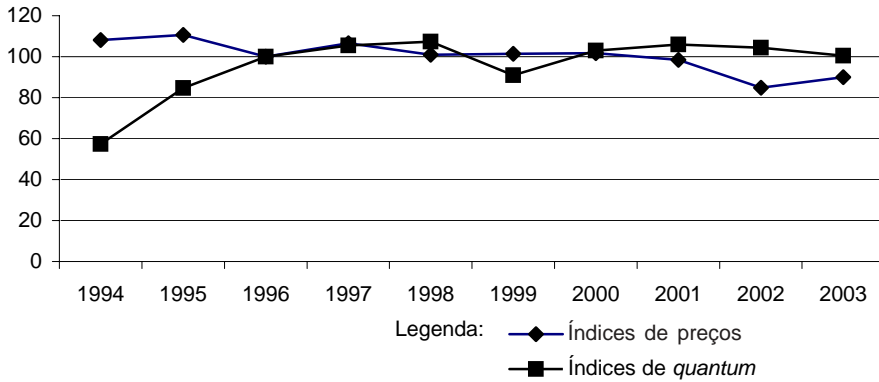
Índices de preços e de *quantum* das exportações brasileiras — 1994-03

FONTE: Funcex.

NOTA: Os dados têm por base a média de 1996 = 100.

² Proibiu-se de abater do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os valores recolhidos para a Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social (Cofins) e para o Programa de Integração Social (PIS) que estavam embutidos nos preços dos insumos utilizados na produção dos bens a serem exportados (Garcia, 1999).

Gráfico 2

Índices de preços e de *quantum* das importações brasileiras — 1994-03

FONTE: Funcex.

NOTA: Os dados têm por base a média de 1996 = 100.

Em 1998, como reflexo da crise asiática, que fez a cotação de várias *commodities* despencar, as exportações brasileiras passaram a apresentar deterioração de seus preços (Tabela 6). Mas, a partir da desvalorização cambial de 1999, essa queda mostrou-se mais acentuada, já que também muitos manufaturados tiveram razoável redução nos preços. Tal foi o caso, por exemplo, de máquinas e tratores, material elétrico, veículos automotores, peças e outros veículos, madeira e mobiliário, têxtil, calçados, couros e peles, etc. (Tabela 7). Embora os dados disponíveis na Tabela 7 se refiram ao Brasil, pode-se fazer uma *proxy* para o RS, tendo em vista que o Estado está inserido no contexto brasileiro. E, no caso dos calçados e de máquinas e tratores, é destacável a participação do RS no total exportado pelo País.

Como não houve mudanças tão substanciais no parque produtivo brasileiro que permitissem tamanha redução de custos a ponto de puxar os preços para baixo — mesmo sendo inegável que muitos setores tiveram alguma modernização após o processo de abertura —, os chamados ganhos de competitividade, embora pudessem levar a um aumento do “*market share*” do País em alguns desses setores, trouxeram embutida uma perda ainda maior nas relações de

troca entre o Brasil e o resto do mundo³ a partir de 1999, como pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 6

Índices de preços e de *quantum* de exportações brasileiras
por fator agregado — 1994-03

ANOS	BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS		TOTAL	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
1994	88,3	102,8	92,8	88,9	86,3	109,6	88,0	103,7
1995	92,3	97,6	114,9	95,3	99,4	97,4	100,0	97,4
1996	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1997	108,0	112,6	98,5	99,9	98,1	112,6	100,7	110,2
1998	90,7	120,2	91,0	103,5	86,8	115,0	93,9	114,0
1999	76,1	130,6	76,6	121,0	86,2	120,1	81,9	122,8
2000	74,4	141,6	87,7	112,6	87,0	141,5	84,6	136,4
2001	68,3	188,9	78,5	121,9	86,9	143,4	81,6	149,4
2002	65,5	217,6	74,9	139,0	82,8	150,8	77,9	162,3
2003	72,4	246,1	83,4	152,5	82,3	182,3	81,5	187,7

FONTE: Funcex.

NOTA: Os dados têm por base 1996 = 100.

³ Relação de Intercâmbio ou Relação de Troca entre os preços das exportações e das importações, ou seja: $RI = \text{Índice Px} / \text{Índice Pm}$. Se $RI > 1$, o país tem ganhos em suas relações de troca. Se $RI < 1$, os produtos importados estão com preços mais altos que os exportados, levando o país a ter perdas em suas relações de troca.

Tabela 7

Índices de preços e de *quantum* das exportações brasileiras por setores — 1994-03

SETORES	ÍNDICES	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Agropecuária	Preço	88,2	87,5	100,0	104,1	89,1	72,5	73,6	66,3	71,2	80,1
	<i>Quantum</i>	128,9	92,1	100,0	175,9	187,0	180,9	227,7	343,8	330,7	410,5
Extrativa mineral	Preço	90,7	94,5	100,0	101,8	103,3	93,0	90,4	90,5	88,2	93,2
	<i>Quantum</i>	94,8	100,6	100,0	104,3	115,3	111,3	128,0	123,5	133,1	144,8
Minerais não-metálicos	Preço	88,4	99,8	100,0	101,7	99,7	87,3	82,2	83,0	74,0	71,9
	<i>Quantum</i>	105,3	102,2	100,0	104,8	104,7	127,1	157,5	146,8	170,8	217,8
Siderurgia	Preço	91,3	107,9	100,0	101,9	96,3	75,1	85,3	75,0	76,1	88,5
	<i>Quantum</i>	107,0	94,6	100,0	89,1	89,1	98,2	102,1	97,0	115,8	134,1
Metalurgia de não ferrosos ..	Preço	86,7	107,8	100,0	98,2	86,0	82,3	93,0	85,4	79,8	85,6
	<i>Quantum</i>	91,9	92,7	100,0	100,2	89,7	104,2	107,3	94,1	112,6	117,8
Outros produtos metalúrgicos	Preço	81,4	91,1	100,0	101,7	101,4	87,9	80,2	80,7	77,1	80,4
	<i>Quantum</i>	122,2	111,9	100,0	114,2	107,3	105,1	120,7	139,2	162,9	170,6
Máquinas e tratores	Preço	90,2	97,4	100,0	104,8	105,2	93,9	88,8	87,2	84,0	78,0
	<i>Quantum</i>	102,0	99,6	100,0	110,1	100,2	91,4	105,2	107,4	111,6	172,9
Material elétrico	Preço	83,4	92,6	100,0	100,3	99,5	90,7	83,4	80,5	75,3	71,8
	<i>Quantum</i>	108,2	110,8	100,0	100,4	96,9	101,2	128,2	134,9	143,5	184,1
Equipamentos eletrônicos ...	Preço	98,9	96,1	100,0	97,1	97,4	82,1	83,4	103,1	101,3	77,7
	<i>Quantum</i>	78,9	83,8	100,0	122,0	120,7	175,6	309,7	261,9	248,6	314,6
Veículos automotores	Preço	89,1	95,9	100,0	100,9	104,4	89,5	89,2	87,7	82,9	80,1
	<i>Quantum</i>	129,1	90,7	100,0	193,3	209,8	163,3	228,3	232,2	241,9	332,9
Peças e outros veículos	Preço	83,7	94,8	100,0	98,2	100,9	93,8	104,7	115,7	106,7	108,3
	<i>Quantum</i>	113,1	97,4	100,0	120,5	131,7	142,3	177,4	162,7	157,0	159,0
Madeira e mobiliário	Preço	86,0	100,1	100,0	103,0	97,3	87,3	82,7	80,1	78,8	78,1
	<i>Quantum</i>	107,2	98,2	100,0	106,2	103,0	141,7	165,2	172,2	203,5	247,2
Celulose, papel e gráfica	Preço	88,2	149,2	100,0	93,1	90,1	88,2	108,0	84,8	76,2	82,5
	<i>Quantum</i>	105,8	93,6	100,0	110,9	114,2	126,1	121,7	133,5	139,8	177,8
Borracha	Preço	87,0	95,3	100,0	99,2	95,6	85,9	80,0	76,4	72,3	72,7
	<i>Quantum</i>	102,7	98,6	100,0	106,8	111,5	119,4	134,0	129,7	140,0	173,4

(continua)

Tabela 7

Índices de preços e de *quantum* das exportações brasileiras por setores — 1994-03

SETORES	ÍNDICES	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Elementos químicos	Preço	83,5	95,2	100,0	99,0	94,3	82,2	83,5	84,1	75,3	77,3
	Quantum	78,9	85,4	100,0	102,3	103,7	116,8	116,8	113,9	155,7	178,5
Refino de petróleo e petro- químicos	Preço	85,8	105,6	100,0	102,4	84,7	81,8	106,1	97,0	91,5	104,8
	Quantum	135,6	99,2	100,0	101,2	110,7	114,2	135,7	161,9	168,6	202,7
Químicos diversos	Preço	80,6	99,4	100,0	93,4	90,1	83,0	79,7	75,6	74,3	77,2
	Quantum	86,5	91,7	100,0	119,2	118,8	108,3	121,4	131,4	143,3	158,4
Têxtil	Preço	85,9	97,9	100,0	100,7	94,4	81,5	77,3	72,9	67,9	67,7
	Quantum	125,5	116,4	100,0	99,2	93,4	102,5	129,1	147,3	140,6	195,8
Calçados, couros e peles	Preço	92,0	98,7	100,0	97,4	91,6	80,4	86,4	87,4	86,3	86,4
	Quantum	97,2	90,0	100,0	103,4	97,4	105,1	119,2	127,6	126,4	136,7
Café	Preço	107,9	120,9	100,0	133,5	103,1	77,1	70,9	43,8	35,6	43,5
	Quantum	112,6	93,9	100,0	108,3	117,8	147,5	113,0	145,4	175,0	159,6
Beneficiamento de produtos vegetais	Preço	74,7	93,3	100,0	85,7	91,4	84,3	70,1	61,5	70,3	73,1
	Quantum	96,0	84,7	100,0	107,1	105,7	91,2	97,7	106,3	107,8	117,3
Abate de animais	Preço	90,0	105,0	100,0	93,6	86,8	76,5	64,6	63,3	53,0	56,0
	Quantum	97,9	82,3	100,0	110,5	121,0	162,2	195,1	294,4	381,1	469,7
Açúcar	Preço	96,2	102,8	100,0	91,7	76,5	52,4	61,4	67,7	51,5	54,9
	Quantum	64,1	115,9	100,0	119,9	157,8	226,6	121,4	209,4	253,9	243,5
Óleos vegetais	Preço	82,7	81,0	100,0	107,5	78,9	64,2	69,8	70,9	73,0	82,3
	Quantum	100,1	111,2	100,0	88,3	94,9	98,4	83,3	104,6	117,1	133,3
Outros produtos alimentares	Preço	86,7	97,6	100,0	91,5	90,0	86,1	86,5	77,2	68,0	67,5
	Quantum	114,4	102,3	100,0	107,9	95,6	122,3	178,7	213,1	217,4	274,3
Indústrias diversas	Preço	92,5	96,1	100,0	104,0	101,3	94,8	91,7	88,7	81,6	79,3
	Quantum	110,4	105,2	100,0	104,4	116,5	136,4	145,4	142,0	154,0	138,6
Total	Preço	88,0	100,0	100,0	100,7	93,9	81,9	84,6	81,6	77,9	81,5
	Quantum	103,7	97,4	100,0	110,5	114,0	122,8	136,4	149,4	162,3	187,7

FONTE: Funcex.

NOTA: Os dados têm por base a média de 1996 = 100.

Tabela 8

Índices de relações de intercâmbio do Brasil com o resto
do mundo — 1994-03

ANOS	ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES (A)	ÍNDICE DE PREÇOS DAS IMPORTAÇÕES (B)	ÍNDICE DE RELAÇÃO DE INTERCÂMBIO ((A/B).100)
1994	88,0	108,2	81,3
1995	100,0	110,7	90,3
1996	100,0	100,0	100,0
1997	100,7	106,5	94,6
1998	93,9	100,9	93,1
1999	81,9	101,4	80,7
2000	84,6	101,7	83,2
2001	81,6	98,4	82,9
2002	77,9	84,8	91,7
2003	81,5	90,0	90,6

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Funcex.

NOTA: Os dados têm por base a média de 1996 = 100.

Contrariamente ao ocorrido com os preços, as quantidades embarcadas, de modo geral, têm sido crescentes, o que pode ser visto na Tabela 6 e no Gráfico 1. Ou seja, o aumento das receitas de exportação tem ocorrido não por causa de elevações nos preços dos produtos brasileiros exportáveis, mas devido ao aumento na quantidade embarcada desses bens.

Desde a implantação do Plano Real, 1999 foi o ano em que o Brasil apresentou a maior deterioração em suas relações de troca, com o índice de relações de intercâmbio, nesse ano, caindo a 80,7, conforme consta na Tabela 8. Em 2002, os preços das exportações brasileiras estiveram em seu menor nível desde a implantação do Plano Real. Entretanto, como nesse ano o preço das importações também caiu, o índice de relações de troca inclusive aumentou em relação a 2001.

3.2 - As exportações por fator agregado

A evolução das vendas externas do País em 2002 (aumento de 3,7%) foi fruto, principalmente, do crescimento das vendas de produtos básicos e de semimanufaturados, com aumento nas suas receitas de 10,5% e 8,7% respectivamente. Já os manufaturados cresceram apenas 0,3% nesse ano, o que pode ser explicado pelo colapso do mercado argentino, principal destino dos manufaturados brasileiros.

Depois de terem alcançado a maior participação nas exportações do País em 1993, a partir do Plano Real os produtos manufaturados perderam espaço e, em 2003, registraram a menor participação (54,2%), percentual igual àquele registrado em 1990 (Tabela 9), antes, portanto, do processo de abertura da economia brasileira ao Exterior. Segundo o IEDI, a média mundial de manufaturados no total das exportações é de 81% (IEDI, abr. 2003, p. 8).

O crescimento contínuo da representatividade das manufaturas no total exportado do início da década de 90 até 1993, quando atingiu seu ápice, pode ser atribuído principalmente à formação do Mercosul, pois, nesse período, ocorreram as maiores liberações tarifárias e não tarifárias dentro do bloco. Com isso, as vendas para a região elevaram-se bastante. A partir de 1994 até 1997, porém, com a política de valorização cambial praticada, o percentual de participação dos manufaturados reduziu-se. Mas, em 1998, com a forte queda das exportações de produtos básicos devido à crise asiática, os manufaturados acabaram ganhando mais espaço dentre os produtos exportados pelo Brasil. Desde 2001, todavia, sua participação novamente vem caindo em razão das altas taxas de crescimento nas exportações de produtos básicos, cuja demanda tem se mostrado aquecida, embora as quantidades embarcadas de semimanufaturados e de manufaturados igualmente estejam crescendo, como já foi mostrado na Tabela 6.

À semelhança do ocorrido com as exportações brasileiras de manufaturados, após a implantação do Plano Real, as exportações desses produtos pelo RS também perderam participação, tendo alcançado seu menor nível em 2003, devido ao forte aumento nas exportações de produtos básicos (38,4%), embora as vendas de manufaturados tivessem registrado um aumento em suas receitas de 20,2%. Tanto para o Brasil quanto para o Rio Grande do Sul, a maior representatividade de produtos manufaturados ocorreu em 2000, quando as suas exportações se elevaram substancialmente, devido ao aumento nas quantidades embarcadas, ainda sob o efeito da desvalorização cambial de 1999. Em 2000, as exportações brasileiras de manufaturados aumentaram 19%, e as do RS, 25,1%, enquanto os totais exportados pelo Brasil e pelo RS, no mesmo ano, cresceram 14,7% e 15,6% respectivamente (Tabela 9).

Tabela 9

Exportações, por fator agregado, do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1990-03

a) Brasil

ANOS	BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS	
	Valor (US\$ milhões FOB)	Δ%	Valor (US\$ milhões FOB)	Δ%	Valor (US\$ milhões FOB)	Δ%
1990	8 746	-8,4	5 108	-12,0	17 011	-8,7
1991	8 737	-0,1	4 691	-8,2	17 757	4,4
1992	8 830	1,1	5 750	22,6	20 754	16,9
1993	9 366	6,1	5 445	-5,3	23 437	12,9
1994	11 058	18,1	6 893	26,6	24 959	6,5
1995	10 969	-0,8	9 146	32,7	25 565	2,4
1996	11 900	8,5	8 613	-5,8	26 413	3,3
1997	14 474	21,6	8 478	-1,6	29 194	10,5
1998	12 977	-10,3	8 120	-4,2	29 387	0,7
1999	11 828	-8,9	7 982	-1,7	27 329	-7,0
2000	12 562	6,2	8 499	6,5	32 528	19,0
2001	15 342	22,1	8 244	-3,0	32 901	1,1
2002	16 952	10,5	8 964	8,7	33 001	0,3
2003	21 266	25,4	10 978	22,5	39 767	20,5

ANOS	TOTAL		PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL (%)		
	Valor (US\$ milhões FOB)	Δ%	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1990	31 414	-8,6	27,8	16,3	54,2
1991	31 620	0,7	27,6	14,8	56,2
1992	35 793	13,2	24,7	16,1	58,0
1993	38 555	7,7	24,3	14,1	60,8
1994	43 545	12,9	25,4	15,8	57,3
1995	46 506	6,8	23,6	19,7	55,0
1996	47 747	2,7	24,9	18,0	55,3
1997	52 994	11,0	27,3	16,0	55,1
1998	51 140	-3,5	25,4	15,9	57,5
1999	48 011	-6,1	24,6	16,6	56,9
2000	55 086	14,7	22,8	15,4	59,0
2001	58 223	5,7	26,4	14,2	56,5
2002	60 362	3,7	28,1	14,9	54,7
2003	73 328	21,5	29,0	15,0	54,2

Tabela 9

Exportações, por fator agregado, do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1990-03

b) Rio Grande do Sul

ANOS	BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS	
	Valor (US\$ milhões FOB)	Δ%	Valor (US\$ milhões FOB)	Δ%	Valor (US\$ milhões FOB)	Δ%
1990	1 282	-	419	-	1 730	-
1991	1 024	-20,1	371	-11,5	1 890	9,2
1992	1 519	48,3	436	17,5	2 371	25,4
1993	1 664	9,5	481	10,3	3 019	27,3
1994	1 513	-9,1	622	29,3	2 870	-4,9
1995	1 500	-0,9	773	24,3	2 888	0,6
1996	1 797	19,8	697	-9,8	3 146	8,9
1997	2 164	20,4	707	1,4	3 371	7,2
1998	1 759	-18,7	708	0,1	3 127	-7,2
1999	1 483	-15,7	647	-8,6	2 833	-9,4
2000	1 545	4,2	623	-3,7	3 544	25,1
2001	2 204	42,7	665	6,7	3 418	-3,6
2002	2 111	-4,2	803	20,8	3 380	-1,1
2003	2 922	38,4	932	16,1	4 064	20,2

ANOS	TOTAL		PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL (%)		
	Valor (US\$ milhões FOB)	Δ%	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1990	3 442	-	37,2	12,2	50,3
1991	3 294	-4,3	31,1	11,3	57,4
1992	4 339	31,7	35,0	10,0	54,6
1993	5 178	19,3	32,1	9,3	58,3
1994	5 027	-2,9	30,1	12,4	57,1
1995	5 181	3,1	29,0	14,9	55,7
1996	5 663	9,3	31,7	12,3	55,6
1997	6 270	10,7	34,5	11,3	53,8
1998	5 628	-10,2	31,3	12,6	55,6
1999	4 998	-11,2	29,7	12,9	56,7
2000	5 779	15,6	26,7	10,8	61,3
2001	6 345	9,8	34,7	10,5	53,9
2002	6 375	0,5	33,1	12,6	53,0
2003	8 013	25,7	36,5	11,6	50,7

FONTE: MDIC/Secex/Depla.

NOTA: A diferença entre o total e o somatório dos básicos, semimanufaturados e manufaturados refere-se a operações especiais.

A partir de 2001, porém, a participação dos produtos básicos exportados pelo RS aumentou novamente, retornando aos níveis do início da década de 90, já que a crise na Argentina levou a uma diminuição de suas importações do Estado, sendo que, na pauta exportadora para esse país, os manufaturados têm papel de destaque. Da mesma forma que o ocorrido com o Brasil, esse aumento de participação dos produtos básicos deveu-se também aos aumentos nas quantidades embarcadas, já que seus preços se encontravam em baixa, só se elevando a partir de 2003.

Mesmo aumentando as quantidades de mercadorias exportadas, de acordo com o IEDI, é baixa a participação brasileira nos produtos de demanda crescente, nos dinâmicos⁴ e nos de alta ou média tecnologia. A parcela brasileira é mais expressiva em setores de demanda decrescente, setores em decadência e em regressão e setores de baixa intensidade tecnológica, embora, nos últimos anos, tenha havido alguma evolução nas exportações de bens com maior conteúdo tecnológico (IEDI, abr. 2003). O mesmo pode ser dito em relação ao RS.

“Houve uma significativa evolução da exportação de produtos com maior conteúdo tecnológico, mas ainda estamos distantes da média mundial. A exportação de produtos com maior conteúdo tecnológico (alta ou média-alta tecnologia) correspondia a 19% das exportações totais brasileiras em 1996, 24% em 1998 e 26% em 2001, uma evolução digna de destaque e que muito se deve à exportação de aeronaves. Mas, na média mundial, essa mesma proporção é de 44%, situando-se entre 50% e 75% entre os países emergentes de maior êxito exportador, o que denota que o Brasil pode e deve investir ainda mais para continuar progredindo nessa área.” (IEDI, abr. 2003, p. 24).

Ainda de acordo com a pesquisa do IEDI, os principais responsáveis pelos bons resultados nas receitas de exportação têm sido os produtos primários e os intensivos em recursos naturais (agrícolas e minerais), sendo que o efeito da desvalorização cambial foi praticamente nulo no incentivo à exportação de bens

⁴ Entenda-se setor de demanda crescente como aquele em que o valor das exportações aumentou como percentual da exportação mundial em determinado período. Produtos dinâmicos são aqueles com aumento anual das exportações mundiais igual ou maior que 5%.

intensivos em trabalho (calçados, têxtil, vestuário, móveis, etc.), devido à forte concorrência de países onde o custo da mão-de-obra é menor (IEDI, abr. 2003).⁵

Por outro lado, a forte base exportadora agropecuária e agroindustrial apresentada pelo Brasil confere-lhe a vantagem de uma pauta de exportação diversificada — o que muitos outros países emergentes não têm —, importante como proteção das exportações totais diante das oscilações dos mercados mundiais. Ou seja, essa diversificação de produtos — e também de destinos —, no lugar da especialização adotada por muitos países emergentes, permite ao País reduzir riscos.

3.3 - Exportações do Rio Grande do Sul por produto

Assim como ocorre com a pauta exportadora do Brasil, na pauta de exportação do RS também predominaram produtos da agropecuária e da agroindústria, embora uma análise dos produtos mais exportados pelo Estado desde 1994 (Tabela 10) mostre um crescimento razoável nas exportações de plásticos, tratores e outras máquinas agrícolas, motores, carrocerias, partes e acessórios de veículos.

Por outro lado, os calçados — cuja produção é intensiva em mão-de-obra —, embora ainda sejam o carro-chefe das exportações gaúchas, têm mostrado uma desaceleração em suas vendas, nos últimos anos. Tal

⁵ "**Produtos primários agrícolas** - produtos sem transformação: carnes, ovos, pescado, arroz, milho, trigo, outros cereais, legumes e verduras, frutas, café, cacau, tabaco, couro, borracha natural, madeira, cortiça, juta, fibras vegetais.

"**Produtos primários minerais** - minério de ferro, cobre, níquel, alumínio, pedra, areia, outros minerais brutos.

.....
"**Indústria intensiva em recursos agrícolas** - carnes, laticínios, farelos e farinhas de cereais, frutas, legumes e verduras em conserva, sucos de frutas, alimentos para animais, bebidas, óleos e gorduras, açúcar, pescado, fumo manufaturado, pasta e resíduos de papel, papel e papelão.

"**Indústria intensiva em recursos minerais** - borracha e fibras sintéticas, indústria de cobre, níquel, alumínio, ouro, hidrocarbonos e derivados, composto de nitrogênio e FNCTN, compostos organo-inorgânicos, produtos químicos inorgânicos.

.....
"**Indústria intensiva em trabalho** - têxtil, vestuário, couro, manufaturados de couro, calçados, artigos de borracha, artigos de vidro, cerâmica, móveis, artigos de iluminação, artigos para viagem, editorial e gráfica, produtos básicos de metais, artigos plásticos, material de escritório, brinquedos." (IEDI, jun. 2003, p. 25-26).

desaceleração, além da concorrência de outros países, onde os salários praticados são menores, também esteve ligada a outros fatores. Entre 1996 e 1998, esse retardamento pode ser explicado principalmente pela valorização cambial, já que o principal mercado para o calçado gaúcho é os Estados Unidos, e uma apreciação do real frente ao dólar teve efeito direto nas vendas para esse país. Além disso, a concorrência dos calçados chineses no mercado norte-americano também prejudicou a venda do produto gaúcho.⁶ Outra circunstância que tem afetado negativamente as exportações de calçados é o deslocamento de empresas calçadistas gaúchas para o Nordeste, principalmente para o Ceará, atraídas pela mão-de-obra barata e pelos incentivos fiscais e creditícios concedidos pelos estados nordestinos.

O comportamento das exportações de calçados gaúchos para a Argentina também merece ser destacado, já que, na década de 90, as vendas para esse país aumentaram bastante, devido à criação do Mercosul e à valorização do peso argentino, funcionando como alternativa de mercado para o sapato gaúcho, principalmente com a desvalorização do real em 1999. Mas a crise argentina afetou as vendas no período 2000-02, e, nos últimos anos, a retração no mercado norte-americano, aliada a nova valorização cambial no Brasil (Tabela 3), igualmente prejudicou as vendas externas de sapatos pelo RS. Em 2003, todavia, com a retomada do seu crescimento econômico, houve uma recuperação das vendas de calçados para a Argentina, embora o tipo de calçado que predominou para esse mercado tenha sido o de plástico.

Depois do setor calçadista, o fumo é o produto gaúcho que apresenta melhor performance exportadora. Mas as exportações de fumo — com altas taxas de aumento entre 1994 e 1996 — foram prejudicadas pelo excesso de oferta e pela pressão dos importadores após a desvalorização cambial de 1999. Recuperaram-se, entretanto, nos últimos três anos, graças ao aumento das vendas para a China e ao surgimento de novos países importadores no Leste Europeu e na Ásia e à diminuição na oferta mundial (Tabela 10). Embora os principais destinos para o fumo gaúcho, ao longo desses 10 anos, tenham sido os Esta-

⁶ "Segundo dados do Departamento de Comércio dos EUA, em 1981 a China exportou 7,1 milhões de pares para aquele país; e o Brasil, 43,0 milhões de pares. Em 1995, ou seja, em apenas 14 anos, a situação inverteu-se dramaticamente para os calçadistas brasileiros: enquanto o País exportou 96,240 milhões de pares para os EUA, a China vendeu 716,1 milhões de pares para o mercado norte-americano." (Bello, 1997, p. 102).

dos Unidos e a União Européia, esses mercados possuem significativas barreiras tarifárias ao produto, principalmente nos EUA, sem contar a forte campanha antitabagista nos países desenvolvidos. Mas, nos últimos anos, além da diversificação de mercado, também contribuíram as excelentes safras — tanto em quantidade quanto em qualidade — e a diminuição na produção dos EUA e do Zimbábue, grandes produtores mundiais, o que resultou em queda dos estoques mundiais do produto.

Já as exportações do complexo soja, embora sempre importantes na pauta exportadora do RS, elevaram-se substancialmente em 1997 (Tabela 10), em decorrência da Lei Kandir⁷, que reduziu os custos para os exportadores, embora o farelo e o óleo sempre tenham encontrado barreiras externas à sua exportação. Em 1999, não só o preço internacional caiu, mas a safra gaúcha frustrou-se; e, mesmo com a desvalorização da moeda, as exportações do complexo soja pelo RS, nesse ano, tiveram redução. Entretanto a soja e seus derivados, também afetados pelas baixas cotações após a crise da Ásia, recuperaram-se nos últimos anos, por razões já explicitadas ao longo deste texto no que se refere à alta nos preços dos produtos básicos, assim como pelo aumento das vendas para o mercado chinês.

No segmento de carnes (de aves, bovina e suína), o destaque sempre esteve com a carne de frango, cujo desempenho ficou prejudicado a partir de 1997, com a crise asiática, já que, a partir da desvalorização das moedas asiáticas, os preços do produto originário da Tailândia ficaram mais atrativos, tendo em vista a valorização cambial existente no Brasil, nessa época. Mesmo após a desvalorização do real e a recuperação da economia asiática, a carne de aves ainda continua encontrando dificuldades nos mercados externos, devido aos elevados subsídios às exportações de frango concedidos pelos EUA e pela União Européia, e a saída encontrada tem sido a busca de novos mercados, como a Rússia. Mas o mercado para as carnes gaúchas, com taxas de crescimento promissoras nos últimos anos graças, principalmente, às vendas para a Rússia, talvez não consiga manter esse mesmo dinamismo daqui para a frente, já que esse país impôs cotas às importações de carnes de frango e de suínos, ambas exportadas pelo Rio Grande do Sul.

Tabela 10

Principais produtos exportados, por subcapítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul,
pelo Rio Grande do Sul — 1994-2003

DESCRIÇÃO	a) valor						(US\$)
	1994	1996	1998	2000	2002	2003	
64.03 - Calçados com sola exterior de borracha, plástico, couro natural ou reconstituído e parte superior de couro natural	1 194 350 139	1 278 044 848	1 034 078 743	1 159 560 108	1 068 558 893	1 024 661 668	
24.01 - Fumo (tabaco) não manufaturado, desperdícios de fumo (tabaco)	569 820 094	827 100 949	772 654 743	704 945 047	869 054 006	942 482 744	
12.01 - Soja, mesmo triturada	213 125 115	40 257 969	293 299 521	265 815 629	348 330 908	840 162 465	
02.07 - Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 01.05	122 173 973	174 828 470	191 911 960	186 534 526	353 752 811	503 130 956	
23.04 - Tortas (bagaços) e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em pellets, da extração do óleo de soja	461 534 768	609 450 722	352 334 780	200 998 993	328 612 794	353 994 581	
39.01 - Polímeros de etileno, em formas primárias	136 614 622	119 445 135	148 562 701	275 859 784	177 924 878	278 051 774	
15.07 - Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	292 809 942	245 118 729	242 163 212	79 625 022	206 865 282	256 816 062	
87.01 - Tratores (exceto os carros tratores da posição 87.09)	15 156 358	38 166 859	54 576 606	31 983 571	91 405 857	192 164 430	
41.04 - Couros e peles curtidos ou crust de bovinos (incluídos os búfalos) ou de eqüídeos, depilados, mesmo divididos, mas não preparados de outra forma	174 575 850	217 078 023	249 017 539	266 136 035	176 962 634	185 865 677	

(continua)

Tabela 10

Principais produtos exportados, por subcapítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul,
pelo Rio Grande do Sul — 1994-2003

a) valor

(US\$)

DESCRIÇÃO	1994	1996	1998	2000	2002	2003
41.07 - Couros preparados após curti- menta ou após secagem e couros e peles apergaminhados, de bovi- nos (incluídos os búfalos) ou de eqüídeos, depilados, mesmo divi- didos, exceto os da posição 41.14	161 031	996 237	1 456 877	997 742	147 461 615	172 350 791
94.03 - Outros móveis e suas partes	60 113 127	77 342 384	89 163 462	136 976 679	124 566 844	157 738 274
84.33 - Máquinas e aparelhos para colhei- ta ou debulha de produtos agrí- colas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; má- quinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37	44 818 436	71 786 669	99 450 983	33 171 192	49 140 928	143 956 375
84.08 - Motores de pistão, de ignição por compressão (motores a diesel ou semidiesel)	1 102 166	41 370 337	59 074 320	82 457 938	168 258 011	138 878 995
87.08 - Partes e acessórios dos veículos au- tomóveis das posições 87.01 a 87.05	69 516 779	67 479 771	86 885 273	70 467 586	70 805 685	129 609 780
87.07 - Carroçarias para os veículos au- tomóveis das posições 87.01 a 87.05, incluídas as cabinas	53 904 413	29 062 381	73 087 192	85 973 073	111 635 095	126 129 009

(continua)

Tabela 10

Principais produtos exportados, por subcapítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul,
pelo Rio Grande do Sul — 1994-2003

a) valor

(US\$)

DESCRIÇÃO	1994	1996	1998	2000	2002	2003
02.03 - Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas	15 858 544	34 612 428	41 633 854	50 526 362	80 622 093	124 376 149
99.98 - Consumo de bordo	0	0	28 066 160	65 948 938	79 788 072	94 518 885
47.03 - Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução	62 080 131	62 799 329	74 459 410	135 163 738	86 920 369	94 372 882
29.02 - Hidrocarbonetos cíclicos	55 411 602	42 886 311	39 405 842	126 352 886	51 256 514	74 267 072
40.02 - Borracha sintética e borracha artificial derivada dos óleos, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras; misturas dos produtos da posição 40.01 com produtos da presente posição, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras	26 023 662	53 288 149	37 618 298	41 434 622	63 553 989	73 397 724
Subtotal	3 569 150 752	4 031 115 700	3 968 901 476	4 000 929 471	4 655 477 278	5 906 926 293
Outros	1 457 962 467	1 632 524 238	1 659 614 569	1 779 012 257	1 719 968 430	2 106 336 872
TOTAL	5 027 113 219	5 663 639 938	5 628 516 045	5 779 941 728	6 375 445 708	8 013 263 165

Tabela 10

Principais produtos exportados, por subcapítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul,
pelo Rio Grande do Sul — 1994-2003

b) taxa de variação anual

DESCRIÇÃO	b) taxa de variação anual (%)					
	1994-96	1996-98	1998-00	2000-02	2002-03	1994-03
64.03 - Calçados com sola exterior de bor- racha, plástico, couro natural ou reconstituído e parte superior de couro natural	3,44	-10,05	5,89	-4,00	-4,11	-1,69
24.01 - Fumo (tabaco) não manufaturado; desperdícios de fumo (tabaco)	20,48	-3,35	-4,48	11,03	8,45	5,75
12.01 - Soja, mesmo triturada	-56,54	169,92	-4,80	14,47	141,20	16,46
02.07 - Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congela- das, das aves da posição 01.05	19,62	4,77	-1,41	37,71	42,23	17,03
23.04 - Tortas (bagaços) e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em <i>pellets</i> , da extração do óleo de soja	14,91	-23,97	-24,47	27,86	7,72	-2,90
39.01 - Polímeros de etileno, em formas primárias	-6,49	11,52	36,27	-19,69	56,27	8,22
15.07 - Óleo de soja e respectivas fra- ções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	-8,51	-0,60	-42,66	61,18	24,15	-1,45
87.01 - Tratores (exceto os carros tratores da posição 87.09)	58,69	19,58	-23,45	69,05	110,23	32,61
41.04 - Couros e peles curtidos ou <i>crust</i> de bovinos (incluídos os búfalos) ou de eqüídeos, depilados, mes- mo divididos, mas não preparados de outra forma	11,51	7,10	3,38	-18,46	5,03	0,70

(continua)

Tabela 10

Principais produtos exportados, por subcapítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul,
pelo Rio Grande do Sul — 1994-2003

b) taxa de variação anual

DESCRIÇÃO	(%)					
	1994-96	1996-98	1998-00	2000-02	2002-03	1994-03
41.07 - Couros preparados após curtimenta ou após secagem e couros e peles apergaminhados, de bovinos (incluídos os búfalos) ou de eqüídeos, depilados, mesmo divididos, exceto os da posição 41.14	148,73	20,93	-17,24	1 115,71	16,88	117,08
94.03 - Outros móveis e suas partes	13,43	7,37	23,95	-4,64	26,63	11,31
84.33 - Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37	26,56	17,70	-42,25	21,71	192,95	13,84
84.08 - Motores de pistão, de ignição por compressão (motores a diesel ou semidiesel)	512,66	19,50	18,15	42,85	-17,46	71,15
87.08 - Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05	-1,48	13,47	-9,94	0,24	83,05	7,17
87.07 - Carroçarias para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05, incluídas as cabinas	-26,57	58,58	8,46	13,95	12,98	9,91

(continua)

Tabela 10

Principais produtos exportados, por subcapítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul,
pelo Rio Grande do Sul — 1994-2003

b) taxa de variação anual

DESCRIÇÃO	1994-96	1996-98	1998-00	2000-02	2002-03	1994-03 (%)
02.03 - Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas	47,74	9,67	10,16	26,32	54,27	25,71
99.98 - Consumo de bordo	-	-	53,29	9,99	18,46	-
47.03 - Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução	0,58	8,89	34,73	-19,81	8,57	4,76
29.02 - Hidrocarbonetos cíclicos	-12,03	-4,14	79,07	-36,31	44,89	3,31
40.02 - Borracha sintética e borracha artificial derivada dos óleos, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras; misturas dos produtos da posição 40.01 com produtos da presente posição, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras	43,10	-15,98	4,95	23,85	15,49	12,21
Subtotal	6,27	-0,77	0,40	7,87	26,88	5,76
Outros	5,82	0,83	3,53	-1,67	22,46	4,17
TOTAL	6,14	-0,31	1,34	5,03	25,69	5,32

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

3.4 - O destino das exportações

A queda nos preços das exportações após a eliminação da âncora cambial — em um contexto de crise econômica na Argentina, principal parceiro regional do País, estagnação do mercado doméstico e queda da renda real — forçou a busca por novos mercados para os produtos brasileiros. Essa diversificação de mercado ocorreu, principalmente, junto aos países em desenvolvimento. Assim, nos últimos anos, tomaram impulso as vendas para China, Rússia, Índia, México, Irã e África do Sul. Desde a mudança da política cambial, tem sido observada uma diminuição na participação dos países de economias avançadas nas exportações brasileiras, ao mesmo tempo em que tem aumentado a importância dos países em desenvolvimento e dos chamados "países em transição" (do Leste Europeu e da ex-União Soviética), o que pode ser comprovado na Tabela 11.

Embora a diversificação de mercados seja recomendável, vale destacar que, no caso do Brasil, por se constituir de países em desenvolvimento, essa expansão tem uma dimensão conjuntural que pode limitar o crescimento das vendas para esses novos mercados. Isto porque, em alguns casos, após a conquista de espaços até então não ocupados, as taxas de expansão para esses novos mercados podem se tornar vegetativas, dado o tamanho limitado de sua capacidade de absorção de mercadorias vindas do Exterior. Além disso, a sustentabilidade de suas taxas de crescimento, em geral, é mais incerta, já que os países em desenvolvimento têm uma dinâmica econômica mais instável que os desenvolvidos. Entretanto, mesmo se alertando para esses riscos, as vantagens da diversificação da pauta e dos mercados superam as duas desvantagens.

À semelhança do ocorrido com o Brasil, o Rio Grande do Sul não só tem uma pauta de exportação bastante diversificada como, nos últimos anos, também tem ampliado os mercados para seus produtos, direcionando parte de suas vendas para países em desenvolvimento e para países em transição (Tabela 11), com destaque para China, Irã, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul e Taiwan (Tabela 12).

Por outro lado, as vendas para os países desenvolvidos, ao longo dos 10 anos do Plano Real, apresentaram crescimento médio anual bastante modesto. Já o Mercosul, tanto para o Brasil quanto para o RS, apresentou-se com um comportamento bastante errático (Tabela 11), principalmente devido à crise na Argentina.

⁷A Lei Kandir extinguiu o ICMS que incidia sobre os embarques de soja em grãos, farelo e óleo.

Tabela 11

Exportações, por blocos econômicos, do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1994-2003

a) Brasil

BLOCOS	VALOR (US\$ milhões FOB)					
	1994	1996	1998	2000	2002	2003
26 - Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	19 726	21 255	24 393	27 493	27 480	32 477
14 - Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)	10 367	10 368	11 293	15 457	18 478	20 411
22 - União Européia (UE)	12 202	12 836	14 748	14 784	15 113	18 102
11 - Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	9 770	10 971	13 387	12 902	9 866	12 920
39 - Ásia (exclusive Oriente Médio)	7 047	7 814	5 616	6 324	8 791	11 676
12 - ALADI exclusive Mercosul	3 849	3 666	4 509	5 169	6 555	7 248
10 - Mercado Comum do Sul (Mercosul) ...	5 921	7 305	8 878	7 733	3 311	5 672
42 - Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)	1 738	2 233	2 755	2 460	3 928	4 207
40 - Tigres Asiáticos	1 730	2 005	1 450	1 642	2 279	2 944
51 - África (exclusive Oriente Médio)	1 349	1 527	1 651	1 347	2 362	2 860
41 - Oriente Médio	1 078	1 345	1 614	1 338	2 342	2 818
21 - Europa Oriental	534	1 056	1 163	972	1 755	2 271
20 - Comunidade dos Estados Independentes (CEI)	193	557	729	495	1 328	1 634
61 - Oceania	291	296	210	375	292	349

BLOCOS	TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (%)					
	1994-96	1996-98	1998-00	2000-02	2002-03	1994-03
26 - Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	3,80	7,13	6,17	-0,02	18,18	5,70
14 - Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)	0,00	4,37	16,99	9,33	10,46	7,82
22 - União Européia (UE)	2,57	7,19	0,12	1,11	19,78	4,48
11 - Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	5,97	10,46	-1,83	-12,55	30,95	3,15
39 - Ásia (exclusive Oriente Médio)	5,30	-15,22	6,12	17,90	32,82	5,77
12 - ALADI exclusive Mercosul	-2,41	10,90	7,07	12,62	10,57	7,29
10 - Mercado Comum do Sul (Mercosul) ...	11,07	10,24	-6,67	-34,57	71,31	-0,48
42 - Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)	13,35	11,07	-5,51	26,36	7,11	10,32
40 - Tigres Asiáticos	7,68	-14,96	6,40	17,81	29,18	6,09
51 - África (exclusive Oriente Médio)	6,39	3,98	-9,68	32,44	21,07	8,71
41 - Oriente Médio	11,68	9,57	-8,95	32,28	20,32	11,26
21 - Europa Oriental	40,62	4,92	-8,56	34,35	29,39	17,44
20 - Comunidade dos Estados Independentes (CEI)	69,97	14,34	-17,62	63,86	23,06	26,79
61 - Oceania	0,86	-15,75	33,58	-11,87	19,68	2,02

Tabela 11

Exportações, por blocos econômicos, do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1994-2003

b) Rio Grande do Sul

BLOCOS	VALOR (US\$ milhões FOB)					
	1994	1996	1998	2000	2002	2003
26 - Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	2 604	2 985	2 872	3 241	2 976	3 473
14 - Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)	1 547	1 740	1 338	1 830	2 026	2 034
22 - União Européia (UE)	1 389	1 260	1 297	1 200	1 238	1 588
39 - Ásia (exclusive Oriente Médio)	640	892	804	773	1 089	1 544
11 - Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	1 057	1 236	1 522	1 512	966	1 491
10 - Mercado Comum do Sul (Mercosul)	704	896	1 109	997	405	827
12 - ALADI exclusive Mercosul	353	340	413	515	561	664
42 - Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)	228	287	368	233	476	633
41 - Oriente Médio	129	187	281	151	340	525
40 - Tigres Asiáticos	126	160	231	215	221	331
21 - Europa Oriental	53	97	71	100	280	310
51 - África (exclusive Oriente Médio)	101	108	157	147	220	281
20 - Comunidade dos Estados Independentes (CEI)	18	38	30	38	191	218
61 - Oceania	47	57	44	43	48	58

BLOCOS	TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (%)					
	1994-96	1996-98	1998-00	2000-02	2002-03	1994-03
26 - Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	7,06	-1,90	6,23	-4,17	8,03	3,25
14 - Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)	6,04	-12,30	16,96	5,21	0,19	3,08
22 - União Européia (UE)	-4,75	1,43	-3,81	1,58	13,27	1,50
39 - Ásia (exclusive Oriente Médio)	18,05	-5,11	-1,95	18,71	19,10	10,28
11 - Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	8,14	10,98	-0,32	-20,06	24,20	3,90
10 - Mercado Comum do Sul (Mercosul)	12,78	11,26	-5,18	-36,25	42,90	1,80
12 - ALADI exclusive Mercosul	-1,79	10,23	11,68	4,37	8,73	7,28
42 - Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)	12,08	13,27	-20,39	42,84	15,36	12,00
41 - Oriente Médio	20,69	22,48	-26,73	50,10	24,29	16,92
40 - Tigres Asiáticos	12,79	20,10	-3,43	1,34	22,37	11,35
21 - Europa Oriental	35,25	-14,07	18,25	67,74	5,21	21,76
51 - África (exclusive Oriente Médio)	3,48	20,19	-3,12	22,44	13,02	12,03
20 - Comunidade dos Estados Independentes (CEI)	44,38	-11,45	12,85	124,11	6,84	31,71
61 - Oceania	9,37	-11,99	-1,35	5,86	10,37	2,33

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 12

Exportações, por países de destino, do Rio Grande do Sul — 1994-2003

PAÍSES	VALOR (US\$ milhões FOB)					
	1994	1996	1998	2000	2002	2003
249 - Estados Unidos	1 410	1 651	1 224	1 576	1 818	1 781
160 - China	182	308	218	249	445	719
063 - Argentina	426	523	708	661	211	607
023 - Alemanha	219	249	237	194	214	344
628 - Reino Unido	193	237	248	210	233	250
386 - Itália	326	276	175	207	198	237
573 - Países Baixos (Holanda)	195	108	151	170	152	215
372 - Irã	50	82	162	55	126	209
158 - Chile	91	119	126	139	158	206
245 - Espanha	144	158	158	155	157	193
493 - México	76	31	60	199	147	185
676 - Rússia	18	36	29	29	166	185
399 - Japão	124	197	183	151	157	164
053 - Arábia Saudita	47	71	75	46	110	153
756 - África do Sul	27	46	35	42	96	145
351 - Hong Kong	71	91	92	104	107	143
586 - Paraguai	133	190	187	147	92	125
087 - Bélgica	119	117	136	104	103	124
845 - Uruguai	146	190	213	189	103	96
161 - Taiwan (Formosa)	14	24	98	25	27	90
232 - Dinamarca	71	20	62	21	7	11
149 - Canadá	62	58	54	56	61	68
275 - França	57	41	49	56	89	74
Subtotal	4 011	4 704	4 515	4 652	4 820	6 171
Outros	1 016	960	1 114	1 128	1 555	1 842
TOTAL	5 027	5 664	5 629	5 780	6 375	8 013

(continua)

Tabela 12

Exportações, por países de destino, do Rio Grande do Sul — 1994-2003

PAÍSES	TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (%)					
	1994-96	1996-98	1998-00	2000-02	2002-03	1994-03
249 - Estados Unidos	8,21	-13,90	13,47	7,40	-2,04	2,63
160 - China	30,09	-15,87	6,87	33,68	61,57	16,49
063 - Argentina	10,80	16,35	-3,38	-43,50	187,68	4,01
023 - Alemanha	6,63	-2,44	-9,53	5,03	60,75	5,15
628 - Reino Unido	10,81	2,29	-7,98	5,33	7,30	2,92
386 - Itália	-7,99	-20,37	8,76	-2,20	19,70	-3,48
573 - Países Baixos (Holanda).....	-25,58	18,24	6,11	-5,44	41,45	1,09
372 - Irã	28,06	40,56	-41,73	51,36	65,87	17,22
158 - Chile	14,35	2,90	5,03	6,62	30,38	9,50
245 - Espanha	4,75	0,00	-0,95	0,64	22,93	3,31
493 - México	-36,13	39,12	82,12	-14,05	25,85	10,39
676 - Rússia	41,42	-10,25	0,00	139,25	11,45	29,55
399 - Japão	26,04	-3,62	-9,16	1,97	4,46	3,16
053 - Arábia Saudita	22,91	2,78	-21,68	54,64	39,09	14,01
756 - África do Sul	30,53	-12,77	9,54	51,19	51,04	20,53
351 - Hong Kong	13,21	0,55	6,32	1,43	33,64	8,09
586 - Paraguai	19,52	-0,79	-11,34	-20,89	35,87	-0,69
087 - Bélgica	-0,84	7,81	-12,55	-0,48	20,39	0,46
845 - Uruguai	14,08	5,88	-5,80	-26,18	-6,80	-4,55
161 - Taiwan (Formosa)	30,93	102,07	-49,49	3,92	233,33	22,97
232 - Dinamarca	-46,93	76,07	-41,80	-42,26	57,14	-18,71
149 - Canadá	-3,28	-3,51	1,84	4,37	11,48	1,03
275 - França	-15,19	9,32	6,90	26,07	-16,85	2,94
Subtotal	8,29	-2,03	1,51	1,79	28,03	4,90
Outros	-2,82	7,72	0,65	17,43	18,44	6,83
TOTAL	6,14	-0,31	1,34	5,03	25,69	5,32

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

4 - Considerações finais

Além da política cambial, outros fatores, anteriores ao Plano Real, como a abertura comercial do País e a política de integração econômica adotadas desde o final dos anos 80, contribuíram para o processo de estabilização dos preços, ao permitirem maiores facilidades à entrada de produtos importados. No caso da integração, a implantação do Mercosul favoreceu o aumento das exportações para seus parceiros, o que também foi facilitado pela política de câmbio fixo adotada pela Argentina de 1991 até 2002.

Em relação à política cambial brasileira, vale destacar que o câmbio controlado, via intervenção do Banco Central, até janeiro de 1999, favoreceu o aumento das importações, o que contribuiu para a estabilidade dos preços internos. Por outro lado, criou dificuldades às exportações, desestimulando-as, o que levou não só à eliminação do superávit comercial, mas a enormes déficits na balança comercial e nas contas correntes.

Após a desvalorização de 1999, lentamente as exportações foram retomadas com maior intensidade, embora tenham sofrido impactos em 2001 e em 2002, principalmente devido à crise na Argentina, já que esse país era o segundo parceiro comercial tanto do Brasil quanto do Rio Grande do Sul.

De modo geral, pode-se concluir que, da mesma forma que o Brasil, o RS também exibiu, ao longo do Plano Real, uma pauta de exportação pouco dinâmica, baseada em produtos de baixa e média tecnologia. Ou seja, apesar da maior abertura ao Exterior, a pauta de exportação não sofreu substanciais modificações. O comportamento das exportações gaúchas, ao longo desses 10 anos, também apresentou razoável semelhança com o desempenho das exportações brasileiras, destacando-se uma perda de participação dos produtos manufaturados na pauta, o redirecionamento das vendas para novos mercados, especialmente de países em desenvolvimento, e uma menor taxa de crescimento nas exportações para os países desenvolvidos.

Referências

BELLO, Teresinha da Silva. O relacionamento do RS com o exterior. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. v. 25, n. 1, p. 100-134, 1997.

GARCIA, Álvaro Antônio. A crise cambial e seus desdobramentos. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. v. 27, n. 2, p. 71-97, 1999.

IEDI. **O balanço comercial** — jan.-abr. 2003. Rio de Janeiro: O Instituto, abr. 2003. 27p.

IEDI. **Radiografia das exportações brasileiras**. Rio de Janeiro: O Instituto, jun. 2003.

IEDI. Radiografia das exportações brasileiras. **Carta IEDI**, Rio de Janeiro: O Instituto, n. 35, [2003?]